

Retrospectiva das denúncias contra o presidente da Eletrobras.

A AEEL e as Entidades de Representação dos Trabalhadores, desde o início, em 2016, apontam e denunciam atos, comportamentos e decisões absolutamente suspeitas e antiéticas da gestão de Wilson Pinto Junior.

O cartão de visitas apresentado pelo “grande CEO do mercado” aos trabalhadores e trabalhadoras Eletrobras foi chamá-los de “vagabundos, safados e inúteis que não servem para nada” ([Informe 067/17](#)). Um ato vergonhoso, que após denúncia da AEEL, resultou na primeira advertência pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República sofrida por um presidente da Empresa ([Advertência CEP](#)). Se não mantínhamos expectativas positivas sobre a nova gestão, depois disso, só piorou.

Parte do projeto de privatização arquitetado nos porões de um governo ilegítimo, a chamada “reestruturação” do Sistema Eletrobras, do senhor Pinto Junior, entregava distribuidoras, cortava cabeças com programas de demissões e um CSC capenga e semeava a discórdia nos corredores das empresas ([Informe 101/17](#)).

Alegando corte de custos, a reestruturação fez nascer um mar de licitações por inexigibilidade ([Informe 028/17](#)) e uma das figuras chaves dessa diretoria submissa, a figura quase decorativa da Diretora de Compliance, indicada ao cargo pelo presidente Pinto, Lucia Casasanta, que nada vê e nada faz até os dias de hoje!

No maquiavélico projeto de entrega da Eletrobras ao capital privado, a diretora de Compliance é coadjuvante. Os atores principais, e os meandros da maracutaia são apresentados e analisados em várias matérias jornalísticas que divulgamos em vários de nossos informes. Além de Pinto e Lemann, nomes como o de

Fernando Coelho Filho, Paulo Pedrosa, José Guimarães Monforte vão surgindo. Vejam os informes [111](#); [112](#); [113](#) e [128/17](#), por exemplo.

Em 22/08/2017, Michel Temer, tendo Fernando Coelho Filho como ministro e Paulo Pedrosa como secretário de Minas e Energia, anuncia a inclusão da Eletrobras no plano de desestatização de seu governo ilegítimo. Só por esta condição ilegal do governo o proposta, dado a sua importância para a nação, já não deveria prosseguir, mas seguiu. E nós, as Entidades de Representação começamos nossa batalha contra esse absurdo que é a privatização da Eletrobras.

Manifestamo-nos sobre declarações do então ministro à imprensa ([Informe 120/17](#)) e desmascaramos a manipulação de um estudo apresentado pelos privatistas como favorável à entrega de estatais ([Informe 122/17](#)), um tipo de jogo baixo e sujo que passaríamos a lutar contra.

Se nossa luta contra a privatização estava apenas começando a do senhor Pinto Junior para entregá-la à iniciativa privada parecia estar bem esquematizada. Oscar Salomão, “o empregado ilegal”, assessor do presidente, que, mesmo exonerado, manteve gabinete, ramal e os escambau, na sede da Empresa, trabalhando na venda das distribuidoras e das SPE’s com a conhecimento de Wilson Pinto Junior e sob o “não-olhar” da diretora de Compliance. Denunciamos a permanência desde senhor, bem como suas ligações diretas com principais concorrentes da Eletrobras (Equatorial, da 3G), mais uma ilegalidade da gestão Pinto Junior, através de nossos [informes 123](#), [126](#), [141](#) e [151/17](#). Oscar Salomão foi “legalizado” pelo seu patrão, Wilson Pinto Junior, em 20/10/2017, após este ter que se explicar pela presença de Salomão em reuniões estratégicas

no BNDES, como representante da Eletrobras ([Informe 160/17](#)).

O ano de 2017 foi um duro golpe para o desenvolvimento do país e para a história da Eletrobras. Também foi duro para as Entidades de Representação dos Trabalhadores e trabalhadoras, mas terminamos fazendo nosso trabalho, com o apoio dos nossos representados(as).

Em 05/12 notificamos às diretorias da Eletrobras, juntamente com os demais sindicatos da Base Rio, sobre o grande perigo que a venda das distribuidoras do Sistema, nos moldes propostos pelo governo ([veja a notificação aqui](#)), representava para a população brasileira. Após a privatização, só na região Norte, "As novas tarifas da Eletroacre tiveram alta de 21,29%. A conta de luz dos clientes da Ceron foi elevada em 25,34%. Para a Companhia Energética do Amapá (CEA), 37,02%." (matéria completa [aqui](#)). Estávamos certos.

Como certos estamos em seguir resistindo!

Em 2018 continuamos denunciando a interminável farra das contratações sem licitação ou por inexigibilidade da gestão Pinto Junior, com a aquiescência da diretoria da Eletrobras que a tudo assiste inerte. Roland Berger; Banco BTG Pactual; Kienbaum Consultoria de RH, Hogan Lowell e etc., sangraram em milhões os cofres da Empresa "em reestruturação" orçamentária, vide informes [088](#) e [123/18](#).

E teve o escandaloso caso da FSB Comunicações, contratada pela Eletrobras para enxovalhar a própria Eletrobras! Este, após denuncia das Entidades de Representação, teve as milionárias peças de propaganda negativa retiradas de circulação e o contrato suspenso ([Informe 099/18](#)).

Numa outra tentativa emplacar seus aliados e facilitar suas articulações, Wilson Pinto Junior indica como Consultor Jurídico Geral da Eletrobras, o senhor Ricardo Brandão Silva,

procurador a AGU, autor de pareceres contrários à Eletrobras em ações na AGU ([Informe 113/18](#)). Mais uma prática recorrente na gestão Pinto Júnior: o conflito de interesses, à qual os demais membros da diretoria e Conselho permanecem inertes!

Ano eleitoral é o que tivemos? Mentiras e articulações como é comum num ano eleitoral! Depois de organizarmos em nosso auditório, debates importantes para o processo eleitoral com os candidatos Manuela D'Ávila/PCB e Ciro Gomes/PDT, ouvimos em rede nacional o então candidato Jair Bolsonaro prometer não privatizar a Eletrobras, o que nos deu um pouco de esperança. Hoje sabemos que era mais uma de suas mentiras eleitorais.

O acesso público às doações de campanha reafirmou o que já sabíamos: há uma "ação entre amigos" em curso por trás da falácia da privatização. Wilson Pinto Junior foi um dos principais doadores da campanha de Fernando Coelho Filho a deputado federal. Fernando, o ex-ministro do MME que o indicou para chefiar a "força tarefa" de entrega da Eletrobras ao setor privado. E também à presidência da Empresa. Falamos sobre isso no nosso [Informe 140/18](#).

Ano de 2019 começa tenso para grande parte dos brasileiros. A eleição de Bolsonaro e seu discurso de ódio não traz esperança de melhorias efetivas à população brasileira, principalmente nas áreas econômica e social. A indicação de Bento Albuquerque para o MME, que parecia interessante devido ao seu conhecimento no setor logo se mostra desastroso. Seu discurso, a princípio inconsistente, logo vai se mostrar aliado às ideias privatistas. No início de seu mandato recebeu o ex-ministro Fernando Coelho Filho, já deputado, e manteve Wilson Pinto Junior à frente da Eletrobras (Informes [001](#) e [007/19](#)).

Também ao ministro Bento, entregamos um histórico denunciando os casos de Conflitos de Interesse nas nomeações para o Conselho de Administração da Eletrobras dos senhores

Mauro Gentile e Manoel Zanoni; na nomeação do senhor Ricardo Brandão como Consultor Jurídico da Eletrobras e da nomeação de Elvira Presta à Diretoria Financeira, indicada pela 3G de Lemann! Essas e outras barbaridades que temos registrado da gestão Pinto Junior (veja [aqui](#)).

Antes disso, denunciemos a então Diretora de Administração, Aracilba Rocha, mais uma articulação do presidente da casa: a indicação para o cargo de Auditor Geral da Eletrobras Holding, de um assessor da inoperante Diretora de Compliance! Veja a carta [aqui](#).

As Entidades de Representação também entraram com denúncia formal na Comissão de Valores Mobiliários contra a nomeação de Elvira (3G) Presta ([Informe 027/19](#)), de Mauro (AMEC) Cunha ([Informe 041/19](#)) e de Manoel (Engie) Zanoni, para o Conselho de Administração. Neste último, a CVM acatou a denúncia e o considerou inelegível para o cargo ([Informe 032/19](#)).

Em 29/03, em AGO, o senhor Wilson Pinto Junior, sob os olhos lenientes do ministro Bento Albuquerque e dos órgãos de fiscalização das estatais, institucionaliza a ilegalidade na gestão da Eletrobras quando nomeia Mauro Cunha,

José Monforte, Ricardo Brandão e Vicente Falconi para o Conselho. Todos denunciados por Conflito de Interesses claro e indiscutível. Uma vergonha para a Eletrobras, uma vergonha para o Estado brasileiro ([Informe 054/19](#)).

Tudo isso sendo realizado ao mesmo tempo em que iniciávamos uma das mais longas e difíceis negociações para o Acordo Coletivo de Trabalho, que teve começo em fevereiro e só se concluiu com intermediação do TST em outubro!

Uma retrospectiva breve, tendo em vista a extensa lista de absurdos, só para mostrar que a intenção dessa gestão da Eletrobras (e de seus cúmplices) sempre foi “sanear” a empresa para entregá-la ao mercado privado a preço de banana. Em detrimento dos incontáveis projetos que como empresa pública executou para desenvolvimento do Brasil. Em detrimento da camada menos favorecida da sociedade que ficará sem ou pagará muito mais caro pela energia elétrica.

Definitivamente não há preocupação com o que é público. Só com o privado. Só com seus próprios interesses.

Sigamos na luta, pois se eles podem articular nós podemos resistir!

Compartilhem este informe com os colegas!

Juntos somos mais fortes!

ASSOCIE-SE A AEEL ([clique aqui](#)) OU AO SINDICATO DE CLASSE ([links nas logos abaixo](#))

A Diretoria, em 2 de dezembro de 2019.
Associação dos Empregados da Eletrobras – AEEL

